



## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

### ATA DE REUNIÃO

#### Comitê Gestor do Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e de Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins – Pró-Amazônia Legal (CGPAL)

#### 3ª Reunião Ordinária 2024

**Data:** 6 de setembro de 2024

**Horário:** 14h00 às 15h30

**Local:** *Online, Microsoft Teams*

#### PARTICIPANTES

- **Membros do CGPAL**

O Vice-Presidente do Comitê, Leandro de Oliveira Albuquerque; Isabela Sales Vieira (MME/SE), Gustavo Gonçalves Manfrim (MME/SE); Igor Souza Ribeiro (MME/SNEE); Jorge Lima Honda (ABRADEE); Rosimeire Cecília da Costa e Cássio Bitar Vasconcelos (CONACEN).

- **Secretaria Executiva do CGPAL**

Karina Araújo Sousa (MME/SNTEP/DTE), Claudir Afonso Costa (MME/SNTEP/DTE), Rebecca Kristina Mendes de Sousa (MME/SNTEP/DTE), Lívio Teixeira de Andrade Filho (MME/SNTEP/DTE) e Maria dos Reis Santos Borges (MME/SNTEP/DTE).

- **Apoio técnico do CGPAL**

Pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE): Helena Portugal Goncalves da Motta, Michele Almeida de Souza, Aline Couto de Amorim, Guilherme Mazolli Fialho, Marcos Alexandre Izidoro da Fonseca, Andre Luiz da Silva Velloso, Fatima Gama e Marcos Vinicius G. da Silva Farinha. Pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS): Paulo Gerson Cayres Loureiro. Pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE): Vinicius Gonçalves, Tamilyn Tanaka, Luciana Lisboa, Mariana Zucchi e Gabriela Pantoja Passos. Pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL): Paulo César Montenegro de Ávila e Silva (SGM), Breno de Souza França (SFT) e Rafael Silva Moura.

- **Representantes da ELETROBRÁS**

Mauricio Carvalho Mazzini, Fabio da Silva Alves, Flávia Gomes, Eduardo Luís de Paula Borges, Thiago Pereira Soares, Socrates Crescencio Junior e Rodrigo Campos de Souza.

- **Demais convidados**

Yuri Souza da Silva (Equatorial Energia), Ferdnando Cavalcanti da Silva Albuquerque (ANA), Carlos Alberto Perdigão Pessoa (PRESIDENCIA).

- **Membros do CGPAL ausentes:**

Bruna Denise Lemes de Arruda Santoyo - Titular e Rafael Seronni Mendonça - Suplente, do Ministério de Portos e Aeroportos; Jotávio Borges Gomes - Titular e Edilson Damião Lima - Suplente (FNSEME); Giorgiana Freitas Pinheiro - Titular (ABRAADE).

## **ABERTURA**

A Terceira Reunião Ordinária 2024 do Comitê Gestor do Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e de Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins – Pró-Amazônia Legal (CGPAL) ocorreu no formato virtual, via plataforma *Microsoft Teams*. Às quatorze horas, a diretora do Departamento de Transição Energética e componente da Secretaria-Executiva do Comitê, Karina Araújo Sousa, iniciou os trabalhos, informando que a reunião estava sendo gravada e realizou a convocação dos membros do Comitê, conforme designação publicada na PORTARIA Nº 93-P/GM/MME, DE 08 DE MAIO DE 2024. A reunião foi presidida pelo Vice-Presidente do CGPAL, Leandro de Oliveira Albuquerque, Assessor da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento - SNTEP/MME. Em seguida, passou-se para a projeção de uma apresentação com os itens da pauta para orientar o desenvolvimento da reunião.

### **1. INFORMES**

Leandro Albuquerque comunicou sobre a aprovação da Política Nacional de Transição Energética pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ressaltando a importância desta iniciativa para o Programa Pró-Amazônia Legal. A aprovação foi realizada em reunião presidida pelo Presidente Lula com a participação de diversos ministros e que esta política visa coordenar e reorientar os esforços para a transição energética, impactando diretamente no Programa Pró-Amazônia Legal.

Leandro Albuquerque informou que a implementação da política se dará por meio de um Plano de Transição Energética e da criação de um Fórum de Transição Energética. O Fórum receberá demandas e promoverá o diálogo com as comunidades impactadas pelas novas políticas energéticas voltadas para a transição. Por fim, ele destacou que o Programa Pro-Amazônia Legal se beneficiará da implementação dos dois instrumentos, tanto do Plano como do Fórum de Transição Energética, como meio de retroalimentar estas diretrizes de políticas públicas.

### **2. DELIBERAÇÕES**

#### **2.1. Plano de Trabalho Anual 2024**

Karina Sousa apresentou o Plano de Trabalho 2024 (PTA-2024), baseado no Plano de Trabalho de 2023 com a inclusão de atualizações e alterações e ressaltando as principais alterações ocorridas:

- Inclusão do abatimento dos valores para a modicidade tarifária do nos termos da MP 1212/2024;
- Atualização do valor do aporte para 2024, considerando os valores já aportados nas contas;
- Inclusão dos rendimentos de 2023 na tabela de receitas;
- Atualização pelo IPCA do aporte do ano de 2023, considerando que o plano de trabalho de 2023 não havia incorporado essa atualização;
- Alocação de recursos não provisionados em 2023 para execução de projetos em 2024;
- Proposta de reserva de contingência de 15% para projetos, conforme orientação da CGU, para lidar com possíveis alterações e necessidades durante a execução dos projetos;
- Alterações de redação com a atualização da composição dos membros e os novos itens do plano indicativo de 2024, dando maior clareza na descrição da utilização dos recursos, facilitando a compreensão e o acompanhamento da aplicação dos recursos.

Leandro Albuquerque ressaltou que o Plano de Trabalho 2024 mantém o caráter indicativo, com alocação mais específica dos recursos após a aprovação dos projetos. A alocação genérica em alguns campos se deve à necessidade de aprovação dos projetos para posterior detalhamento da aplicação dos recursos de forma mais específica.

Rosimeire Costa fez comentários sobre o plano perguntando sobre a previsão de início da execução dos recursos do fundo, demonstrando expectativa e querendo saber quais ações devem acontecer agora em relação à edição do edital de chamada pública ainda em 2024. Cássio Bitar concordou e fez coro com a manifestação da Rosimeire salientando a necessidade em relação à efetivação do edital.

Foi projetada a RESOLUÇÃO Nº 15, DE 6 DE SEMBRO DE 2024, que aprova o Plano de Trabalho do ano de 2024 do Comitê Gestor do Pro-Amazônia Legal, com vistas à redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal.

Leandro Albuquerque reconheceu essa necessidade em relação ao início da execução do fundo e afirmou que o cronograma de ações seria apresentado no item 3 da pauta desta reunião, além de considerar que ele também tem essa ansiedade no avanço das ações para conseguir colocar os projetos na rua e começar a execução dos projetos. Em seguida, colocou para deliberação o PTA 2024, sendo aprovado por unanimidade pelo Comitê.

## 2.2. **Relatório Prestação de Contas 2023 a junho de 2024**

Karina Sousa deu seguimento à reunião com o próximo item da pauta sobre a Prestação de Contas Jan/2023 – Jun/2024. Apresentou o resumo dos principais pontos contidos no Relatório, ressaltando em diagrama o alinhamento entre objetivos e instrumentos de implementação entre o Programa Energias da Amazônia e o Pró-Amazônia Legal. Por fim, destacou o resumo das despesas no período visualizados na planilha da BEZ Auditores com indicação dos desembolsos realizados pela Eletrobras no período referido.

Em seguida foi projetada a RESOLUÇÃO Nº 16, DE 6 DE SEMBRO DE 2024, que aprova a Prestação de Contas, referente ao ano de 2023 e ao primeiro semestre de 2024, do Pro-Amazônia Legal, com vistas à redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal.

Leandro Albuquerque abriu a palavra para comentários e não havendo manifestações colocou para deliberação dos membros do Comitê, assim o Relatório de Prestação de Contas 2023 a junho de 2024 foi aprovado por unanimidade.

## 2.3. **Autorização de reembolso à TNE - 7ª parcela trimestral**

Karina Sousa apresentou como funciona o processo de reembolso à TNE e relacionou os documentos necessários para a efetivação do pagamento. Em seguida, apresentou os valores pagos pela TNE, referente à 7ª parcela trimestral, conforme solicitação encaminhada ao CGPAL na carta TNE CE – 495/2024, de 01 de agosto de 2024. Apresentou os valores já desembolsados e a 7ª parcela atualizada pelo IPCA a ser aprovada, no valor de R\$ 2.193.376,03. Também apresentou a proposta da RESOLUÇÃO Nº 17, DE 6 DE SEMBRO DE 2024, que autoriza a destinação dos recursos para o reembolso.

Aberta a palavra para manifestação, Rosimeire Costa afirmou que diante do tempo já passado desta obra solicita informações e um nivelamento sobre o avanço da implementação da obra. Karina Sousa achou uma boa ideia ter esta informação. Igor Souza se propôs a buscar informações mais detalhadas da situação atual para compartilhar com o Comitê. Desse modo, ficou acordado que estas informações serão um item da pauta para a próxima reunião, que será apresentada pela SNEE.

Colocado em deliberação pelo Vice-Presidente o reembolso à TNE da 7ª parcela foi aprovada por unanimidade.

## 3. **DISCUSSÃO**

### 3.1. **Edital Chamada Pública**

A pauta seguinte foi sobre o cronograma dos próximos passos para a deliberação do Edital de Chamada Pública que foi apresentado pelo Claudir Afonso. Ele apresentou o cronograma e informações sobre o desenvolvimento do edital, fazendo esclarecimentos sobre etapas e reuniões a serem debatidas para incorporar as diretrizes do programa nas especificações do edital prevendo que na 4ª Reunião Ordinária do Comitê, em 25/11/24, será deliberado o edital pelos membros do Comitê.

Thiago Pereira pediu esclarecimento se a versão inicial do edital será para discussão somente entre os membros ou se será feita chamada pública. Claudir Afonso esclareceu que em um primeiro momento na etapa de seleção as avaliações serão com os membros e apoio do Comitê e que a parte da execução dos projetos será discutida junto à Eletrobras. Leandro Albuquerque complementou dizendo que as diretrizes do programa são públicas e sugestões para ouvir atores relevantes e outros parceiros serão aceitas, reforçando a ideia de dar celeridade na publicação do edital para avançar com o programa.

Cássio Bitar comentou que entende que o Comitê foi desenhado para representar todos os atores interessados, mas tem dúvidas se o edital vai prever que determinadas comunidades serão beneficiadas diante das complexidades do processo e entende que será preciso ouvir as comunidades sobre os impactos do projeto e se ele atenderá em todos os aspectos as necessidades daquela localidade.

Leandro Albuquerque concordou com as colocações e reafirmou que a preocupação principal no momento é com o cronograma e como calibrar as diretrizes no edital para fazer a seleção dos projetos visualizando as externalidades que os projetos podem gerar. Rosimeire Costa concordou com os comentários salientando sobre as diversas reuniões realizadas para aprovar as diretrizes do programa, e que o diagnóstico para o programa foi referendado pelo cruzamento de dados de diversas instituições, nesse sentido os critérios foram bem definidos.

### 3.2. **Plano de Trabalho 2025**

Claudir Afonso apresentou proposta de cronograma de reuniões a serem realizadas em outubro e novembro até a 4ª Reunião Ordinária do Comitê, em 25/11/24, para discussão do Plano de Trabalho Anual 2025. Indicou as reuniões prévias bilaterais a serem realizadas com a Eletrobras e uma prévia com os membros do CGPAL para discussão da deliberação do PTA 2025. Indicou, também, as datas dos eventos intermediários para a coleta de contribuições aos documentos do PTA 2025.

Karina Sousa justificou que os motivos das reuniões bilaterais com a Eletrobras são importantes para discutir e buscar contribuições no sentido de deixar claro os itens de reembolsos, os itens que dão acesso direto da Eletrobras à conta, aproveitando a experiência de 2024, de forma a dar maior fluidez ao processo.

## 4. **ENCERRAMENTO**

Com abertura da palavra para manifestações, Rosimeire Costa chamou a atenção para a ideia do Cássio no aspecto de fazer comunicação com as comunidades locais sobre suas realidades e ações naquelas áreas e informou da experiência das ações de universalização por energia solar que aconteceram no Pantanal onde houve falta de comunicação com as comunidades. Nesse sentido, reforça a necessidade de divulgação de informações sobre o programa às localidades beneficiárias. Leandro Albuquerque concordou afirmando que se deve pensar em ações positivas na parte de comunicação para dar ciência às comunidades do que está acontecendo. Claudir Afonso considerou que faz sentido estas colocações e complementou indicando a possibilidade de realização de Workshop para o programa Energias da Amazônia integrando as ações do CGPAL e inserindo a sociedade nesse contexto.

Por fim, às quinze horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar nem tendo qualquer membro do Comitê manifestado desejo de fazer uso da palavra, Karina Sousa agradeceu a presença de todos os presentes e encerrou a 3ª Reunião Ordinária 2024 do Comitê Gestor do Programa de Redução Estrutural de Custos de Geração de Energia na Amazônia Legal e de Navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins - Pró-Amazônia Legal. Assim, eu, Karina Araújo Sousa lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Comitê presentes na reunião e por mim.

*(assinado eletronicamente)*

**Leandro de Oliveira Albuquerque**

Vice-presidente do Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal

**Gustavo Gonçalves Manfrim**

Representante Titular da Secretaria Executiva do MME

**Isabela Sales Vieira**

Representante Suplente da Secretaria Executiva do MME

**Igor Souza Ribeiro**

Representante Suplente da Secretaria Nacional de Energia Elétrica do MME

**Jorge Lima Honda**

Representante Suplente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE

**Cássio Bitar Vasconcelos**

Representante Titular do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica - CONACEN

**Rosimeire Cecília da Costa**

Representante Suplente do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica - CONACEN

**Secretaria-Executiva do CGPAL:** Karina Araújo Sousa (MME/SNTEP/DTE), Claudir Afonso Costa (MME/SNTEP/DTE); Rebecca Kristina Mendes de Sousa (MME/SNTEP/DTE); Maria dos Reis Santos Borges (MME/SNTEP/DTE) e Lívio Teixeira de Andrade Filho (MME/SNTEP/DTE).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Souza Ribeiro, Assessor Especial da Secretaria Nacional de Energia Elétrica**, em 01/10/2024, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Sales Vieira, Diretor(a) de Programa**, em 02/10/2024, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudir Afonso Costa, Coordenador(a)-Geral de Sistemas Isolados**, em 05/11/2024, às 12:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karina Araujo Sousa, Diretor(a) do Departamento de Transição Energética**, em 05/11/2024, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro de Oliveira Albuquerque, Vice-Presidente do Comitê Gestor do Pró-Amazônia Legal**, em 05/11/2024, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://www.mme.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://www.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0953476** e o código CRC **A9EB256A**.

---

Referência: Processo nº 48360.000291/2024-59

SEI nº 0953476

Criado por [livio.filho](#), versão 35 por [claudir.costa](#) em 30/09/2024 12:20:46.